

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.731 - GO (2019/0352802-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : MARCOS WALISSON MORAIS BEZERRA
ADVOGADO : MARCOS WALISSON MORAIS BEZERRA - GO0052591
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : LUIZ RICARDO SOARES DA CUNHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LUIZ RICARDO SOARES DA CUNHA contra decisão liminar proferida pelo Relator do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5607954.73.2019.8.09.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 6/9/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática dos crimes descritos nos arts. 33 e 35, c/c o art. 40, V, todos da Lei n. 11.343/2006, porque teria associado com outros 2 denunciados para a prática do tráfico de drogas, tendo adquirido **10,065kg de maconha** (e-STJ fl. 21).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, ausência dos indícios de autoria em relação ao paciente e que, apesar de reincidente, o réu possui trabalho lícito e residência fixa, acrescentando que não estão presentes os requisitos previstos no art. 312 do CPP. O Relator da ação originária, contudo, indeferiu o pedido liminar (e-STJ fls. 157/159).

Na presente oportunidade, a defesa reitera que o paciente possui ocupação lícita e residência fixa, complementando que é responsável pelos cuidados e tratamentos médicos de sua genitora, que possui doença neurológica.

Ademais, sustenta que o decreto prisional não demonstrou a necessidade da segregação do paciente, pontuando que a droga apreendida foi localizada em veículo de terceiros, carecendo, portanto, de fundamentação o decreto prisional.

Diante disso, pede, liminarmente e no mérito, a concessão da

Superior Tribunal de Justiça

ordem, para restituir a liberdade ao paciente, mediante aplicação de medidas cautelares diversas, como as previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente alvará de soltura.

É o relatório, **decido**.

Com efeito, não se admite *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar proferida em impetração originária, por configurar indevida supressão de instância, consoante dispõe o enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular, o que não se mostra presente na espécie.

No caso, o Relator da ação originária achou por bem solicitar ao Juízo de primeiro grau informações detalhadas, para, assim, averiguar a fundo as alegações defensivas referentes à eventual constrangimento ilegal.

Outrossim, consta do relatório do ato coator o registro de suposta reincidência do réu (e-STJ fl. 157). Com efeito, *O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que a reiteração de condutas criminosas, evidenciando inclinação à prática delitiva, obsta a revogação da medida constritiva para garantia da ordem pública* (HC 501.728/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Sexta Turma, julgado em 16/05/2019, DJe 30/05/2019).

Assim, no caso, não se verifica manifesta ilegalidade que justifique uma avaliação antecipada pelo Superior Tribunal de Justiça, com a superação do mencionado enunciado sumular da Suprema Corte.

Entendo, assim, que as questões em exame necessitam de averiguação mais profunda pelo Tribunal de origem, que deverá apreciar, no momento adequado, a argumentação da impetração e as provas juntadas ao

Superior Tribunal de Justiça

mandamus originário.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** a petição inicial do presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

